

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.591 - SP (2019/0356950-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : HUMBERTO FERNANDES CANICOBA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAIME DE JESUS FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

JAIME DE JESUS FILHO alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu o pedido liminar no HC n. 2257979-38.2019.8.26.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para converter a prisão em flagrante do réu, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, em custódia preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a **expedição de alvará de soltura**.

Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade do paciente, o que, na espécie, não verifico.**

Ao indeferir a liminar, o Desembargador relator destacou peculiaridades do caso concreto que evidenciavam a **gravidade concreta da conduta supostamente perpetrada pelo paciente e pelos coautuados, sobretudo diante da quantidade de entorpecente apreendida** – circunstância idônea, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, para impor a cautela extrema. Confira-se (fl. 212, grifei):

Superior Tribunal de Justiça

No caso, onde imputa-se ao paciente a prática dos crimes de associação para o tráfico e de tráfico ilícito de drogas, juntamente com Adriano Batista Ramires e Brendon Styve Nunes, pela **apreensão de 299 tabletes de maconha (peso total de 208,80kg) e 02 porções de haxixe (peso total de 354,4g)**, não se vislumbra, do detido estudo dos documentos anexados aos autos, patente ilegalidade passível de concessão da ordem em liminar pois a decisão se encontra suficientemente motivada para a manutenção da custódia cautelar, observando-se que a **quantidade e variedade de drogas apreendidas indicam, em tese, risco à ordem pública** e impede uma análise aprofundada do pedido nesta fase.

Logo, uma vez que não está evidenciada, de pronto, **ilegalidade manifesta ou mácula no *decisum* monocrático**, não se justifica a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**